



Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Janeiro de 2013 – R\$ 3,00



- **A crise mundial, crise de superprodução, expressão da decomposição do modo de produção capitalista**
- **EUA e Europa no centro da crise**
- **O papel da China e seu conflito com o imperialismo**
- **Os levantes no norte de Africa e Oriente Médio**
- **America Latina é arrastada pela crise**
- **A crise de direção**
- **Programa proletário para enfrentar a crise**

Apresentação

Nos dias 17 e 18 de novembro, foi realizada a 2ª Escola Internacional de Quadros do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, na cidade de Santa Cruz, Bolívia. Estiveram presentes as seções da Bolívia, Argentina e Brasil. Compareceu, também, o agrupamento do Chile, que se reintegrou ao Comitê de Enlace.

O objetivo da Escola de Quadros teve por base a discussão sobre a crise mundial do capitalismo, o internacionalismo proletário e a necessidade de reconstruir a IV Internacional. Fez parte dos estudos a concepção marxista da educação - posições programáticas e tarefas. Foram dois dias de intensos trabalhos, leituras, discussões em grupo e plenárias conclusivas.

O documento que publicamos sobre a crise que desintegra o capitalismo acompanhou o capítulo II do livro de Leon Trotsky *Stalin, O Grande Organizador de Derrotas*, dedicado à crítica ao revisionismo programático do VI Congresso da Internacional Comunista, o texto de Guillermo Lora *Como construir a IV Internacional*, editado em suas Obras Completas, e o documento *Declaração Constitutiva do Comitê de Enlace Pela Reconstrução da IV Internacional*.

A Escola de Quadros do Comitê de Enlace constatou a atualidade das posições desenvolvidas pelo marxismo-leninismo-trotskismo, em sua luta contra a destruição programática da III Internacional, alicerçada nos Quatro Primeiros Congressos, realizados entre 1919 e 1922, sob a direção de Lênin e Trotsky. Um dos pontos centrais do estudo se resumiu nas passagens do *Stalin, o Grande Organizador de Derrotas*: **“Em nossa época, que é a do imperialismo, isto é, da economia e da política dirigidas pelo capital financeiro, não há um só partido que possa estabelecer seu programa tomando só ou principalmente como ponto de partida as condições ou as tendências da evolução de seu país. (...) “A hora da desaparecimento dos programas nacionais soou definitivamente em 4 de agosto de 1914. O partido revolucionário do proletariado não pode se basear a não ser no programa internacional que corresponda ao caráter atual da época, o máximo desenvolvimento e desintegração do capitalismo”.**

O texto de Guillermo Lora, por sua vez, traz a formulação sobre o trabalho sistemático dos marxistas no seio do proletariado como condição para pôr em pé o partido revolucionário e reconstruir a IV Internacional. Nesse sentido, demonstra que o POR percorreu um longo caminho para se constituir como partido-programa e que suas experiências e acúmulos teóricos servem de alicerce para o trabalho de reconstrução da IV Internacional. Reconhece que o isolamento do POR diante do movimento internacional comparece como um obstáculo para o seu fortalecimento e para ampliar os avanços alcançados.

A Escola de Quadros destacou as seguintes passagens das formulações de Lora: **“A revolução social começa dentro das fronteiras do país, cujo proletariado alcançou um alto desenvolvimento de sua consciência de classe, o que supõe a existência de um poderoso partido trotskista, que é uma seção da IV Internacional” (...)** **“Contribui-se para o avanço da revolução internacional lutando para que se materialize a conquista do poder no país em que se atua. A prática revolucionária é o caminho para se revelar as leis do desenvolvimento e da revolução social, o**

que potencializa a ação política que contribui para a transformação radical da sociedade. O anterior se traduz no programa da revolução social em determinado país, que certamente não é outra coisa senão a concretização das leis da revolução de nossa época às particularidades nacionais. O Programa de Transição assimila criticamente a experiência acumulada na luta do proletariado internacional. Isso coloca que a Internacional tem de ser o cenário no qual se elabore coletivamente a política revolucionária tanto mundial como a que executarão as diferentes seções nacionais. Esse postulado supõe que a rica experiência alcançada pelo trotskismo na Bolívia, seus desacertos, suas derrotas e suas vitórias constituem um valioso material que deve servir para a reconstrução da IV Internacional, isto para agora e não para as calendas gregas”.

Citamos, ainda, alguns trechos da Declaração Política Constitutiva do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional: **“Os revolucionários têm de começar conhecendo a realidade do país que procuram transformar. Esta atividade se concretiza na penetração no seio das massas para organizá-las, politizá-las e mobilizá-las, o que permite ao partido transformar a si mesmo. Isso quer dizer que o Programa de Transição da IV Internacional tem de se traduzir na teoria da revolução e no programa dos partidos-seções nacionais da Internacional. Não há que esquecer que o programa é o partido. O intento de deixar o vazio de programa em determinado país, com a invocação dos enunciados do Manifesto Comunista e do Programa de Transição, converte esses documentos em simples generalidades. Isso denuncia que está ausente a prática revolucionária e que tudo se reduz a repetir mecanicamente alguns dos textos considerados sagrados”.**

Esses fundamentos guiaram a Escola de Quadro, dando-lhe um norte prático para a estruturação e o fortalecimento do Comitê de Enlace. Reconhecemos seu caráter embrionário e a necessidade de desenvolvê-lo pela elaboração coletiva, pelo funcionamento centralista democrático e pela intervenção nos acontecimentos nacionais e internacionais. Saberemos o quanto a Escola Internacional do CE foi produtiva pelo esforço que as seções farão para impulsionar a intervenção internacionalista na luta de classes e pela preparação do seu Congresso.

Publicamos neste Boletim do Comitê de Enlace apenas as Conclusões da Escola Internacional de Quadros *Teses sobre a situação internacional*. Documento-base para o Congresso Internacional do Comitê de Enlace. O texto é composto das seguintes partes: aspectos gerais da crise mundial, o desenvolvimento da desintegração do capitalismo na Europa, as tendências de conflito entre os Estados Unidos (o imperialismo) com a China, a situação da América Latina e conclusões. Embora as teses não nomeiam as partes, esses são os aspectos gerais.

A reunião do CE, realizada logo após a Escola de Quadros, decidiu publicar as Teses, com as correções e adendos sugeridos na plenária. Decidiu, também, que servirá de documento para o congresso do CE, que será realizado no segundo semestre de 2013. Os Congressos das respectivas seções deverão tomar as teses como base de suas formulações sobre a situação mundial. A discussão crítica e correções no documento serão levadas para o Congresso do CE, que aprovará definitivamente um documento.



Conclusões da Escola Internacional de Quadros

Teses sobre a situação internacional

Documento-base para o Congresso Internacional do Comitê de Enlace

1. O prolongamento da crise mundial evidenciou que não se tratava de um delimitado distúrbio financeiro, provocado tão-somente pelo excesso de especulação, de negócios espúrios, de desvios e de desregulamentação. A gigantesca movimentação parasitária e fictícia dos bancos, seguradoras, bolsas, etc. corresponde ao fenômeno de superprodução. O capitalismo no pós-guerra repôs em excesso as forças produtivas destruídas em grande escala. E assim acumulou uma vultuosa quantidade de valores na forma de capital financeiro, em grande parte inaplicável na produção. Inúmeras crises ocorreram e as contradições se acumularam, até a sua eclosão generalizada em 2007/2008. A impossibilidade de a burguesia manter o crescimento mundial por meios artificiais precipitou a débâcle do sistema financeiro.
2. A alta concentração do capital financeiro, industrial e comercial se transformou em obstáculo às forças produtivas, encarnadas pela força de trabalho e pelos meios de produção extraordinariamente desenvolvidos. Os Estados imperialistas seguem as leis históricas das relações capitalistas de produção e distribuição que levam às últimas consequências a centralização mundial da economia, de maneira que a manifestação da crise de superprodução em suas fronteiras expressa o esgotamento mundial das possibilidades de amplo desenvolvimento das forças produtivas.
3. A bancarrota nos Estados Unidos, que se principiou com a quebra da construção civil e falência do Lehman Brothers, não pôde ser contida nos marcos nacionais, embora o Estado tenha agido prontamente. A Europa Ocidental foi arrastada pelo turbilhão. O processo de desabamento econômico-financeiro está em pleno andamento. O Japão, que ensaiou uma recuperação, em 2010, se encontra prostrado por longos anos de estagnação. A crescente expansão do capital imperialista no seio da economia mundial nas últimas décadas se converteu em potente fator da crise geral.
4. A retração mundial puxada pelas potências e pela região europeia envolveu o conjunto de nações. A China já não pode sustentar o extraordinário crescimento. Há sintomas de quebras na indústria, com a queda das exportações e do boom interno. A Índia, Brasil, Rússia, África do Sul e outros países semicoloniais de economia combinada se encontram no impasse, defrontando-se com as tendências recessivas internacionais. A América Latina já não tem como contar com o impulso vivido na última década. As dificuldades das duas maiores economias,



- Brasil e Argentina, dão a dimensão das pressões desintegradoras da crise estrutural do capitalismo.
5. Os Estados Unidos continuam no centro da desintegração mundial do capitalismo. Os governos Bush e Obama, republicano e democrata, recorreram ao poder hegemônico da potência para protegê-la, valendo-se da gigantesca emissão de moeda, da elevação do endividamento do Tesouro e do déficit orçamentário crescente. O furacão de 2007/2008 foi em parte desviado e suas consequências em parte amortecidas. O encadeamento de quebras e a rápida subida da taxa de desemprego foram contidos com artifícios monetários, fiscais e cambiais, descarregados sobre o conjunto da economia mundial. Descarregados, fundamentalmente, sobre as economias atrasadas. Mesmo assim, os Estados Unidos continuam à borda do precipício. As medidas utilizadas não tocam nos fatores que desencadearam a débâcle. O alto endividamento do Tesouro não faz senão potenciar a crise.
6. A falência de países inteiros evidenciou o esgotamento da União Europeia e em particular da Zona do Euro. A crise de superprodução se choca com a estratégia da Alemanha e França de superar as fronteiras nacionais por meio da criação da moeda e de mercado únicos. Os acordos de unificação do pós-guerra tiveram como pressuposto resolver as antigas contradições entre os Estados nacionais e as forças produtivas, que levaram a duas conflagrações mundiais. Somente a unidade econômica poderia libertá-las da camisa de força nacional. O acordo de adoção do euro seria a via mais avançada de contornar o obstáculo do câmbio, eliminando as distintas moedas. A Inglaterra liderou a oposição a essa medida por não admitir transferir poderes à coligação franco-alemã, e, em especial, à Alemanha. A Zona do Euro, de fato, abriu caminho para a livre movimentação do capital financeiro e das mercadorias provenientes das maiores potências, da Alemanha em primeiro lugar, em detrimento dos demais membros. Não há como, no capitalismo, resolver a contradição entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais.
7. Não foi possível o funcionamento da Zona do Euro sob as condições fiscais determinadas pelo acordo: endividamento dos Estados não superior a 60% do PIB e déficit público não superior a 3%. Houve, pelo contrário, uma explosão da dívida estatal em muitos de seus membros. O capital parasitário se valeu do rebaixamento das fronteiras nacionais para elevar o endividamento da po-

- pulação e dos Tesouros, especialmente nos países mais fracos, atrasados, como demonstra o desmoronamento da Grécia, Espanha, Portugal e Irlanda. A Itália, que teve importante papel como país imperialista nas duas grandes guerras, está em frangalhos. Entrou na Zona do Euro como ex-potência, decadente e subordinada à aliança franco-alemã. A crise tem acelerado a sua ruína. Os Estados do Leste Europeu, que restauraram o capitalismo, voltaram à condição de países vassallos perante as potências que manejam a União Européia e a Zona do Euro. Arrastam-se mancando atrás da oligarquia financeira. Observa-se que o rebaixamento das fronteiras respondeu tão-somente à sobreposição do capital comandado pelas potências centrais às demais nações.
8. A adoção da moeda única inicialmente por 12 membros, em 2002, foi apresentada como mais um passo decisivo para a construção da unidade econômica da Europa Ocidental, de maneira que todos saíam ganhando. Dez anos depois, constata-se que foram pouquíssimos os ganhadores. À frente está um grande aproveitador – a Alemanha. O desenvolvimento desigual e os desequilíbrios entre os membros da Zona do Euro não permitiam uma moeda que fosse expressão real do valor, uma vez que a equalização foi imposta à maioria das nações relativamente mais atrasadas. A Alemanha industrial, detentora de uma poderosa fração do capital financeiro e exportadora, é que manejaria a unificação e se ocuparia dos interesses gerais da classe capitalista. Sozinha não poderia fazê-lo, foi, portanto, ao encontro da França, cuja economia está decrépita.
 9. A Inglaterra de potência industrial se transformou em centro financeiro do mundo capitalista, ao lado dos Estados Unidos. Não poderia, evidentemente, se sujeitar à Alemanha industrial. A fração burguesa europeia britânica está completamente atada aos ianques. Aos Estados Unidos, que vêm perdendo terreno na economia mundial, não interessa uma Europa Ocidental centralizada pelo poder franco-germânico. A formação de blocos transparece as tendências protecionistas e o esgotamento da redivisão do mundo, oriunda das duas grandes guerras. Onde se colocam acordos aduaneiros regionais, há países que os lideram e os hegemonomizam, disputando espaços no mercado mundial, que se encontra saturado. A União Europeia e, em especial, a Zona do Euro são fenômenos desencadeados pela crise de superprodução, que se despontou com maior amplitude na década de 70 e continuou a se potencializar. A explosão geral em 2007/2008 pôs à luz do dia a contradição dos blocos. Não é possível rebaixar as fronteiras nacionais em uma região sem que se aumentem os desequilíbrios internos e sem que o bloco se choque contra o funcionamento do mercado mundial. A unidade econômica concebida pela Alemanha e França atende a interesses nacionais e responde à intensa disputa das potências pelo mercado saturado. É o que revela a decomposição dos países mais débeis e submissos da Zona do Euro.
 10. O governo norte-americano exigiu que a Alemanha e França assumissem suas responsabilidades diante das quebras e não permitissem que estas transbordassem a Europa. Os Estados Unidos continuam no epicentro da crise mundial. A brutal intervenção do Estado para conter o desabamento do sistema financeiro e a destruição de postos de trabalho será anulada caso a Europa Ocidental continue em seu mergulho recessivo. Os bancos, as financeiras e os fundos devem ser salvos a todo custo. O capital financeiro está completamente interligado mundialmente, embora as instituições que o operam continuem limitadas a sua nacionalidade e penetrada nos Estados de seus países de origem. Porém, a Zona do Euro está prostrada e acuada pelas tendências destrutivas da crise de superprodução. A via apresentada pela burguesia alemã implica se proteger dos desabamentos na Grécia, Espanha, Portugal, etc. O que está de acordo com o espírito nacional da unificação européia, sob a hegemonia da Alemanha. Salvar o Euro, é salvar principalmente os interesses da fração capitalista alemã. O mesmo caminho percorre a França, com diferentes propostas. Os Estados Unidos querem que o sistema financeiro seja preservado, que a Inglaterra continue como centro das negociações e que se dinamizem os mercados. O fundamental dessa posição está em pleitear que a Alemanha alimente o seu consumo interno, que se ajuste às restrições do mercado europeu e internacional. Essa solução não será acatada sem contundentes choques.
 11. A via apresentada pelo governo de Angela Merkel é a de atribuir à Alemanha poderes centralizadores sobre a Zona do Euro. Os Estados-nações arruinados devem renunciar ao que lhes resta de soberania. A burguesia alemã considera que o que se passa com a Grécia, Espanha, etc. é de sua estrita responsabilidade. Não há co-responsabilidade diante das quebras, que são tidas como nacionais. A Alemanha, diz o seu governo, não naufragou porque fez as reformas trabalhistas e avançou a sua capacidade industrial-financeira. Tornou-se assim mais competitiva. Os países que não o fizeram, agora, pagam pela imperícia. Não caberia à Alemanha tapar os rombos dos bancos e os déficits orçamentários dos Estados-membros em dificuldades. O Estado-alemão, portanto, não poderia aceitar a solução do eurobônus apresentada pela França e apoiada pelos Estados Unidos, uma vez que transformava as dívidas nacionais em universais (da Zona do Euro)
 12. A tese de que os alemães foram aqueles que mais ganharam com a unidade monetária e que agora podem contribuir para voltar ao equilíbrio não serve para ajustar os interesses das várias frações burguesas da União Europeia. Uma ação compartilhada e unificada é impossível de acontecer entre credores e devedores, entre os possuidores e os despossuídos. A crise de superprodução e de desmoronamento financeiro vem detonando os alicerces da suposta unidade econômica da Europa. Em meio aos escombros, aparece de corpo inteiro a mais aci-

rrada disputa de interesses capitalistas. Os espectros das duas grandes guerras nunca deixaram a Europa em paz e continuarão a rondá-la. A imposição da Zona do Euro deve ser evitada, segundo a posição quase unânime da burguesia europeia e internacional. A sua sustentação é fundamental para a estabilidade política da região e do capitalismo como um todo. O problema está em até quanto os mais poderosos Estados em declínio, França e Inglaterra, cederão à ofensiva centralizadora da Alemanha. Na situação, as forças centrífugas ganham terreno e empurram a unidade monetária para o precipício.

13. A solução provisória admitida a muito custo pelo governo alemão é a da emissão de moeda. Os rombos no sistema financeiro e o esgotamento da capacidade de endividamento dos Tesouros da Grécia, Espanha, etc., bem como o agigantamento das denominadas dívidas soberanas, já não mais saldáveis, e a persistência da recessão, obrigaram as potências a um novo acordo de compra das dívidas. O original Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), constituído por contribuições dos Tesouros, foi transformado em Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), capacitado a intervir sobre os Estados-membros, como faz o Fundo Monetário Internacional (FMI). Ao lado do Banco Central Europeu, ficará responsável pela administração das emissões de euros e pelos resgates. O argumento anterior do Banco Central da Alemanha sobre os perigos da inflação, cuja memória de seu flagelo está associada à Segunda Guerra, foi posto de lado na iminência da crise fugir do controle. Os dispêndios dos Tesouros em todo o mundo, com a conseqüente elevação das dívidas públicas e déficits orçamentários, vêm retardando a queima de montanhas de valores fictícios acumulados pelo sistema financeiro mundial (imperialista) e a destruição devastadora de forças produtivas em excesso. No entanto, têm provocado outros desequilíbrios antes considerados equacionados, como os impactos sobre a relação cambial, o alinhamento dos preços, o nível de endividamento das nações, etc. No final das contas, a crise de superprodução levará a uma voraz destruição de forças produtivas, muito superior à que teve início em setembro de 2008.

14. Os governos dos países inadimplentes haviam alienado parte de suas soberanias ao auxiliarem a fração da burguesia franco-alemã a constituírem a “unidade” monetária. Colocaram os Estados a serviço direto da oligarquia financeira. Viabilizaram os planos de crescimento especulativo. Incentivaram o endividamento crescente da população. A Espanha criou a sua “subprime” da construção civil. A Grécia se deu ao luxo do esbanjamento, como dizem os banqueiros alemães, até o ponto em que o déficit fiscal de 13,6% inviabilizou o pagamento de suas obrigações. A jogatina dos bancos na Irlanda colocou o Tesouro a pique. Portugal e Itália também se batem nas mesmas águas profundas do déficit fiscal. Basta essa situação para se configurar o estado moribundo da unidade econômica. Para injetar vida ao Tratado de Lis-



14 de novembro de 2012: greve geral na Europa

boa, os governos vão mais fundo em sua subserviência. As diretrizes e medidas antipopulares, antinacionais e recessivas, ditadas pela oligarquia financeira e pela coligação franco-alemã, potenciam a catástrofe econômica e social.

15. A burguesia está em posição de ataque às antigas conquistas do proletariado e às condições de vida das massas. A crise é atribuída à benevolência do Estado de bem-estar, que não vigora em nenhuma outra parte do mundo. A Europa precisa revogar velhas reformas de proteção social e se igualar aos países em que a exploração capitalista é calcada na selvageria. Esse pressuposto não é novidade. O neoliberalismo, que serviu para impulsionar artificialmente a economia mundial e proteger o capital financeiro encalhado, estabeleceu o marco de liquidação das conquistas sociais. Na Europa Ocidental, Margaret Thatcher deu partida à ofensiva neoliberal, com a privatização dos serviços públicos, aumento de impostos sobre a população. O governo trabalhista sucessor foi adiante com a política de ataque aos trabalhadores, reduzindo gastos sociais e reformulando a Previdência para pior. Tais medidas antipopulares, impostas à força, estiveram a serviço do parasitismo. A quebra hipotecária nos Estados Unidos revelou o portentoso envolvimento dos bancos ingleses na especulação. Mais de 1,5 trilhão de dólares foram gastos pelo Tesouro para manter em pé o sistema financeiro inglês e mundial. As conquistas sociais, portanto, não são responsáveis pela putrefação do capitalismo. Pelo contrário, é a putrefação que leva a burguesia a retroagir os avanços obtidos no passado pela classe operária, por meio da luta de classes. Não se fala mais em neoliberalismo, já que o caos tomou conta da economia de mercado e o Estado teve de sair em socorro dos capitalistas. Não obstante os governos continuam a aplicar os mesmos venenos em doses mais elevadas.

16. A crise recai inteiramente sobre a exploração do trabalho. Está aí por que os capitalistas recorrem às demissões, reduzem a jornada com redução dos salários, elevam a precarização trabalhista, rebaixam os ganhos e aviltam a

aposentadoria. Todas essas medidas são utilizadas para se contrapor à queda dos lucros, à desvalorização dos capitais e à quebradeira. A taxa de desemprego na Europa Ocidental explodiu. Em pouco tempo, houve um acréscimo de 2,14 milhões de desempregados, elevando o total a 25 milhões. Quer dizer que 11,4% da força de trabalho não encontram emprego. Na Zona do Euro, são 18,2 milhões de desempregados. E tudo indica que a destruição de postos de trabalho não chegou ao fim. A situação da Grécia, Espanha e Portugal é dramática com taxas de desemprego de 24,4%, 25,1%, e 15,9%, respectivamente. Enorme parcela da juventude se acha em um beco sem saída. Os planos de contenção e reformas exigidos pela oligarquia atacam as massas por todos os lados. Empobrecem a classe operária, arruinam a classe média, constituem uma camada de lumpem (moradores de rua, pedintes) e degradam a juventude.

17. A marcha ascendente da anarquia na produção social e a emersão do antagonismo entre a burguesia e o proletariado resultam em instabilidade e crise política. Os planos de salvação da oligarquia financeira, trustes industriais e corporações comerciais colidem com os explorados, que se lançam à luta coletiva. Não há como a burguesia e seus governos aplicarem as medidas sem usarem o autoritarismo e a violência policial. A democracia já não consegue ocultar a ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e a pequena burguesia. Os explorados enfrentam diretamente os governos, contrapondo-se aos planos de austeridade. Os parlamentos se mostram completamente subordinados ao poder central e este, submisso aos ditames da coligação franco-alemã. O caso da Grécia é exemplar. O País está sob intervenção da Alemanha. Os partidos social-democratas e os partidos da direita estão obrigados a agir em frente única em favor dos interesses da oligarquia financeira e contra as resistências das massas. Os oprimidos se valem dos aparatos sindicais enrijecidos pela burocratização e pelo longo período de conciliação de classes. A burocracia se vê compungida a se mostrar contrariada com os brutais ataques dos governos e a dar curso às pressões dos assalariados, desempregados, aposentados e juventude. Estes antagonismos e movimentos indicam que, nos países onde a crise mais golpeia a população, a situação se caracteriza como pré-revolucionária.
18. A evolução da crise de poder da burguesia depende do proletariado tomar a frente da resistência e se impor como classe revolucionária. Essa é a chave da situação pré-revolucionária. Nesse sentido, não há que amenizar a extrema dificuldade de isso vir a ocorrer a curto prazo. As massas continuam na dependência das velhas direções sindicais comprometidas com a preservação do capitalismo. As inúmeras greves e manifestações de rua têm sido limitadas pela direção burocrática, desviadas do programa proletário para a crise estrutural e ajustadas aos marcos do parlamentarismo. À frente dos sindicatos e centrais, estão direções vinculadas aos partidos

social-democratas ou por eles condicionadas. O que resta da influência do Partido Comunista estalinista se ajusta aos ditames da social-democracia. É o que se verifica na Grécia, Espanha e França. As eleições ocorridas nestes países, em meio à crise, indicaram que continuam fortes as ilusões democráticas da população. Sem uma direção revolucionária, o proletariado permanece atado às ações políticas do Estado e dos partidos da burguesia. No seio da pequena burguesia, manifestam-se tendências direitistas (anti-imigrantes, xenofóbica, nacional-imperialista, etc.). A projeção da classe operária com seu programa e métodos de luta é a condição para que a pequena-burguesia não potencie seu desespero. Setores da burguesia ainda não tiveram como usar essa possibilidade, dado que ainda se valem das manobras democráticas, da sujeição da burocracia, do controle político sobre a classe operária e da própria situação de ruína da pequena-burguesia ainda em andamento.

19. A resistência das massas tem dificultado os governos aplicarem as medidas antipopulares e submeterem os seus países às ordens da Alemanha e França. Mas não impossibilitado. Setores da burguesia interna prejudicados, inclusive, se valem das contestações dos explorados para pedir limites ao entreguismo dos seus governos. A manifestação de 15 de setembro, deste ano, em Portugal, obrigou o primeiro-ministro Passos Coelho a recolher o decreto que reduzia os salários. Na Grécia, vem ocorrendo uma sucessão de greve geral e o governo recém-eleito espera um momento propício para cumprir a catastrófica meta de demissão de funcionários. Na Itália, o governo imposto pela Comissão Europeia e Banco Central Europeu acossa o parlamento para que não vá tão longe na reforma trabalhista. Na Espanha, as manifestações sitiaram o Congresso de Deputados exigindo que pare os ataques do governo. É sintomática a marcha realizada na França contra o também recém-eleito governo de François Hollande no final de setembro, reivindicando a não adesão ao Tratado Orçamentário Europeu, que avança o centralismo e o intervencionismo econômico franco-alemão. Via de regra, as demonstrações dos explorados têm sido duramente reprimidas, de forma a evitar que ganhe força a bandeira de abaixo os planos do governo, da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu, do FMI e do dueto Alemanha-França. Não há outro caminho: ou os explorados se unificam em um poderoso movimento contra a burguesia, seu Estado e seu governo, ou arcarão com um sacrifício muito superior.
20. Se a chave da situação pré-revolucionária, que pode avançar objetivamente para a revolucionária, como indica a evolução da luta de classes na Grécia, está em o proletariado dirigir a luta do conjunto dos explorados no terreno da independência de classe, esta solução não será constituída sem o partido revolucionário. Os explorados estão diante da contradição entre as condições de decomposição do capitalismo e a ausência de uma direção marxista. A formulação que abre o Programa de

Transição da IV Internacional de que “a situação política mundial no seu conjunto se caracteriza antes de mais nada pela crise histórica da direção do proletariado” expressa com nitidez a presente situação de putrefação do capitalismo, a mais grave do pós-guerra. A revisão estalinista do internacionalismo proletário, a destruição da III Internacional, a degeneração dos partidos comunistas e, finalmente, a restauração capitalista na ex-União Soviética constituem quase noventa anos de traição ao comunismo. Chega-nos, hoje, como um retrocesso histórico sem precedente na humanidade. O proletariado mundial carrega esse peso descomunal e paga caro por não ter a Internacional.

21. O programa sintetizado na bandeira estratégica dos Estados Unidos Socialistas da Europa é a resposta proletária à desintegração, putrefação e barbárie do capitalismo. A unificação imposta pelas três potências preparou e prepara o caminho para a derrocada geral da burguesia europeia. A ultracentralização dos meios de produção e a enorme intervenção estatal abrigam em seu seio as forças centrífugas de sua decomposição e as centrípetas de sua transição para o socialismo, que virá pela revolução proletária. Evidencia-se a constatação de Engels diante da crise estrutural do capitalismo: “A propriedade do Estado sobre as forças produtivas não é a solução do conflito, mas encerra já em seu seio o meio formal, o instrumento para chegar à solução. Essa solução só pode consistir em reconhecer efetivamente a natureza social das forças produtivas modernas, portanto, em harmonizar o modo de produção, de apropriação e de troca com o caráter social dos meios de produção”. A luta do proletariado em cada país logo se transborda em luta europeia. A mesma crise e as mesmas medidas dos governos atingem por cima das fronteiras nacionais generalizadamente os trabalhadores. As bandeiras do Programa de Transição, como a escala móvel das horas de trabalho, controle operário da produção, comitês de fábrica, fim do segredo comercial e estatização do capital financeiro, dos monopólios industriais e comerciais estão na ordem do dia. Esses pontos programáticos e tarefas revolucionárias se soldam com a estratégia da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Trata-se de defendê-las no interior das massas em luta e ir constituindo uma nova direção que se coloque à altura dos acontecimentos.
22. A Europa Ocidental, berço do capitalismo e da civilização moderna, foi arena da carnificina e da maior destruição de riquezas, promovidas em 1914 e 1939. As revoluções proletárias do século XX, particularmente a Russa, foram respostas dos explorados contra a barbárie capitalista. A destruição das conquistas revolucionárias, que culminou com o desmantelamento do Estado Operário e com o processo de reconversão da propriedade coletiva em propriedade privada dos meios de produção, foi apresentada como harmonização entre as nações e como demonstração da vitalidade da economia de mercado.



Choques cambiais: manifestação das contradições entre EUA e China

- Não precisou muito tempo para que a crise se manifestasse vigorosamente e mostrasse o contrário.
23. Distamos 27 anos da ofensiva restauracionista de Mikhail Gorbachov e 23 da queda do muro de Berlim. A União Soviética se desmoronou dando lugar a antigas divisões, a nacionalismos retrógrados, a retomada da opressão nacional, a conflitos bélicos e a penetração do imperialismo na região. Para conduzir a restauração e conservar os privilégios da burocracia estatal, a ditadura burocrática estalinista se transformou em ditadura de casta capitalista, que caminha no sentido de recompor organicamente a classe burguesa. O proletariado russo regrediu em grande escala, não podendo reagir à ditadura burocrática, uma vez que o Partido Bolchevique foi liquidado e a Oposição de Esquerda trotskista derrotada. A Alemanha unificada se agigantou como potência imperialista que para se manter em pé necessita avassalar a Grécia, Espanha, Portugal, Itália, etc. e impor um regime de trabalho que suga a vida dos trabalhadores. A orientação burguesa era de que a unificação econômica faria florescer o capitalismo no continente e afastar os velhos perigos da guerra. Mas o resultado tem sido a constituição da supremacia da Alemanha, da reprodução do parasitismo e do aprofundamento das diferenças e antagonismos nacionais. A desorganização do proletariado alemão e a integração da sua aristocracia na política burguesa imperialista por meio da burocracia sindical é um fator negativo decisivo para enfrentar à nova situação da crise estrutural e à nova etapa da luta de classes.
 24. A restauração na China tem servido de respiro para a economia mundial. São três décadas de abertura para o capital multinacional, desde que foram lançadas as “Quatro Grandes Modernizações”, pelo governo de Deng Xiaoping. Em meio ao desmoronamento da economia nas potências, destacou-se como carro-chefe do crescimento industrial e comercial. Grande exportadora de manufaturados e importadora de matérias primas e de produtos agrícolas, a China já não tem como manter o alto crescimento devido ao agravamento das tendên-

cias recessivas na Europa Ocidental e a estagnação nos Estados Unidos. O governo tem recorrido às mesmas medidas monetárias e artifícios fiscais que a burguesia norte-americana e europeia. Momentaneamente, a burocracia estatal joga para frente o cerco da superprodução. A restauração trouxe para a China as contradições, os desequilíbrios, as deformações e mazelas do capitalismo decadente. A penetração das relações capitalistas no campo vem desalojando milhões de camponeses, que são jogados nos centros urbanos e proletarizados em condições subumanas. Recrudesceram as condições gerais de exploração das massas. Com uma força de trabalho de cerca de 800 milhões, o País necessita crescer entre 7% e 8% para manter o nível de emprego. A proeza de crescimento por 30 anos a uma taxa média de 10% já não é possível. A gigantesca dependência do País aos capitais imperialistas e aos mercados das potências, que antes se apresentava como solução para seu atraso econômico, daqui para frente agirá no sentido contrário.

25. Os Estados Unidos e China estão em rota de colisão. O declínio econômico norte-americano, o seu recuo como potência hegemônica e o acirramento das disputas entre os trustes no mercado saturado transformaram a interdependência constituída nestes anos de restauração em campo de amplo conflito. O deslocamento do capital imperialista para a China, transferindo fábricas e empregos, de solução se tornou um problema. As empresas ianques, europeias e japonesas aproveitaram a mão de obra barata, os baixos impostos e incentivos para produzir na China a baixo custo e inundar o mercado externo. Os Estados Unidos e Europa são os maiores importadores, mas apenas de 40%. O restante das mercadorias invade outras latitudes. A China, por sua vez, tem se utilizado de sua monumental reserva cambial para sustentar o parasitismo dos Estados Unidos, emprestando-lhes 1 trilhão de dólares a juros insignificantes. Esse mecanismo está seriamente avariado pela crise.

26. As pressões da burguesia norte-americana para que Barack Obama seja mais ofensivo perante a política chinesa dá muito bem a medida das dissensões. Exige-se que o gigantesco mercado protegido pelo governo seja escancarado, que o processo de privatização avance mais aceleradamente, que o comércio exterior deixe de ser controlado pelo Estado de uma vez por todas e que os interesses das multinacionais estejam protegidos (patentes, sigilo, etc.). A moeda nacional não pode continuar submetida ao monitoramento governamental. Deve estar sujeita ao dólar e às manipulações do câmbio feita pelo Banco Central dos Estados Unidos e comparsas. A burocracia do Partido Comunista ainda extrai seu poder do estatismo, não mais de transição socialista, mas capitalista. Administra o Estado em condições de mudanças sociais e potenciação da luta de classes. Eis por que está obrigada a ceder, mas gradualmente, num quadro de ofensiva desesperada do imperialismo.

27. As tendências bélicas do imperialismo se avivam com a

crise de superprodução e com os antagonismos entre Estados Nacionais. É o que se observa com o intervencionismo no Iraque, Afeganistão e Líbia. E com o cerco montado ao Irã. Mas as tendências bélicas se avultam com a ofensiva dos Estados Unidos na Ásia. O imperialismo alega que a China, potencializada economicamente, passou a ser um perigo para seus interesses no Mar do Sul e para o seu principal aliado, o Japão. Em consequência, o Pentágono determinou a militarização da região. Austrália e Cingapura servirão de novos pontos de apoio bélicos, ao lado dos já existentes na Coreia do Sul, Índia e Japão. Na Segunda Guerra Mundial e na Guerra da Coreia, o imperialismo norte-americano expandiu seu poderio para a Ásia e se deparou com a revolução chinesa e coreana. Fez da Coreia do Sul e de Formosa (hoje, Taiwan) seus protetorados. As Filipinas sob o domínio ianque desde o fim do século XIX também serve de base militar para os Estados Unidos. Inúmeros são os conflitos fronteiriços e as disputas territoriais, que remontam a guerras colonialistas e imperialistas. A descoberta de petróleo e gás nos Mares do Sul da China sobressalta as ambições. O que torna suas águas e ilhas motivos de enfrentamentos do gigante asiático com o Japão, Filipinas e Vietnã. O agravamento ou solução de qualquer disputa não depende dos países envolvidos, mas dos Estados Unidos perante a China adversária. O aumento da capacidade da China de influenciar economicamente a Ásia e o declínio do poderio do Japão potenciam os choques geopolíticos. O imperialismo não pode permitir que a escalada chinesa ocorra em detrimento da influência norte-americana na região e do controle que exerce sobre os países vassalos. O governo burocrático do PCCH está diante de um poderoso obstáculo e recorre à militarização. Embora o orçamento chinês de 120 bilhões de dólares aplicados em defesa represente menos de um quarto do norte-americano, é tomado pelo imperialismo como um perigo à sua hegemonia.

28. A expansão industrial engrossou a fileira do proletariado chinês. Gigantescas empresas concentraram a classe operária. Parte significativa é constituída de jovens, que já não arrastam o atraso do camponês proletarizado. A brutal exploração revela o papel opressor da ditadura burocrática pró-capitalista do PCCH e potencializa o antagonismo com os exploradores. Torna-se cada vez mais difícil evitar as greves e demonstrações coletivas. Centenas delas ocorreram reivindicando aumento salarial e melhoria das condições trabalho, incluindo redução da jornada de trabalho, pagamento de hora-extra. As multinacionais, como Foxconn, Panasonic, LG, Sanyo, Honda, Pepsi, comparecem como sementeira das greves e ponto de partida de manifestação do movimento operário chinês. Em fábricas ainda estatizadas vem ocorrendo igualmente potentes mobilizações, inclusive contra a privatização. Tudo indica que a desaceleração do crescimento, a descarada corrupção da burocracia que enriquece com a restauração e as pressões das mul-

tinacionais em manter seus privilégios dará um grande impulso à luta de classes na China. São sintomáticas as manifestações anti-Japão em torno da disputa pelas ilhas Senkaku/Diaoyu. O regime burocrático incentiva o nacionalismo anti-nipônico, e ao mesmo tempo abre as comportas para imperialismo e reprime duramente a reconstrução do movimento operário. A tarefa de reconstruir organizações do proletariado independentes dos aparatos burocráticos e do PCCH coloca-se como objetivo fundamental. Trata-se de levantar no seio das massas o programa da revolução política. A classe operária e o campesinato, em aliança, terão de destruir o poder do partido comunista aburguesado, estabelecer a ditadura do proletariado, recuperando os meios de produção privatizados e expropriando as multinacionais. A retomada do Estado pelos explorados passará pela edificação da democracia proletária, constituição de organismos soviéticos e pela completa liberdade de expressão e organização das correntes e partidos que expressam a luta contra a restauração capitalista e pelo socialismo. A construção do partido internacionalista, marxista-leninista-trotskista é a condição para barrar o processo de destruição das conquistas da revolução de 1949.

29. Depois das revoltas no norte da África e Oriente Médio, a Síria se tornou o elo da convulsão por que passa a região. O fundo da guerra civil com seus trinta mil mortos é o mesmo que está na base das rebeliões e das mortandades na Tunísia, Egito, Iêmen e Líbia: os impasses do capitalismo, a desintegração da economia semicolonial, o saque imperialista, o desemprego, a miséria, o atraso, a corrupção, os privilégios e o esgotamento das ditaduras servis. Em todos os levantes, o imperialismo interveio, de forma a decidir sobre as condições de afastamento dos ditadores, a como reconstituir o regime político e a manter o controle dos novos governos. O mesmo ocorre na Síria com a intervenção da Turquia, Arábia Saudita e Catar, fornecedores de armas e recursos aos opositores. Por trás dessa tríade, estão os Estados Unidos, Inglaterra e França. A questão é em que momento o imperialismo intervirá diretamente. A Síria e o regime de Assad oferecem maiores dificuldades que a Líbia. A invasão de forças externas incentivará o ódio antiimperialistas das massas árabes. Há o risco do conflito se estender pelo Oriente Médio e provocar uma comoção generalizada. Uma ação militar como a da Líbia terá de ser mais poderosa, configurando uma guerra. Os interesses da Rússia e da China, neste caso, terão de ser assegurados, o que não é tão fácil e conveniente à hegemonia dos Estados Unidos. O agravamento da guerra civil evidencia cada vez mais a ofensiva intervencionista, promovida à margem do Conselho de Segurança da ONU.
30. A defesa da autodeterminação também se aplica à Síria. O regime de Assad oprime a maioria e até há pouco tempo servia às potências. Está esgotado e deve ser derrubado pelas massas exploradas, por meio da revolução social. O movimento armado eclodiu das insuportáveis



Recrudescer o conflito armado na Síria. Imperialismo avança em sua ingerência

- condições de opressão e motivado pelos acontecimentos revolucionários no Oriente Médio. Em sua base, está o ódio da população à ditadura do clã dos Assads. Não foi a ingerência externa da reação árabe, turca e do imperialismo que provocou a guerra civil, como explicam o ditador sanguinário e os seus aliados. Ao contrário, foi o levante de parte da população e o declínio do regime pró-imperialista que impulsionaram a intervenção externa. A ingerência de forças estranhas às tarefas revolucionárias é um complicador e fator de muita confusão. Mas para o partido marxista não obscurece seu dever de lutar pela autodeterminação da Síria e derrotar as posições do imperialismo ou das forças pró-imperialistas. Não se pode desconhecer que o levante dos oprimidos comparece confundido com as direções burguesas e pequeno-burguesas opositoras. Isso porque os explorados não estão sob um programa e uma política revolucionária do proletariado. Um dos problemas dos intervencionistas reside no fato de não terem conseguido unificar as frações opositoras, sob as diretrizes do imperialismo. Caso o tivessem, é bem possível que a “ajuda” militar direta da OTAN já teria acontecido. Os marxistas não defendem a derrubada de Assad por forças pró-imperialistas e pelo concurso das potências. Os partidos que o fazem, como fizeram sob a bandeira de “Abaixo Kadafi”, quando sofria o cerco da OTAN, violam o princípio democrático de Autodeterminação das Nações Oprimidas. Sob uma direção marxista-leninista-trotskista, sob determinadas condições, seria possível usar a ajuda dos países vizinhos (recebimento de armas, recursos), sem ser utilizado por eles, deixando claro às massas a manobra e o princípio da autodeterminação. Mas essa tática não pôde ser aplicada na Líbia, e nem está sendo utilizada por alguma das várias frações opositoras.
31. A derrubada de governos ditatoriais no norte da África e Oriente Médio não constituíram revoluções sociais. As massas usaram instintivamente métodos revolucionários, mas não se movimentaram por um programa

próprio, pelas tarefas democráticas fundamentais das nações semicoloniais e sob uma política independente da burguesia. Limitaram-se ao objetivo impresso pelas direções opositoras burguesas e pequeno-burguesas, via de regra mascaradas pelo Islã, que era o de substituir o regime autocrático por um democrático. Os explorados, que se lançaram decididos a se libertar do jugo autocrático e que heroicamente deram a vida, foram conduzidos para um novo governo burguês, que poderá ser mais ou menos democrático, conforme a evolução da crise. A mesma classe, a mesma oligarquia, a mesma burocracia e o mesmo aparato militar-policial permaneceram no controle do Estado. No caso da Líbia, excepcionalmente, a estrutura governamental da autocracia se desmoronou, porém o governo constituído pelo Conselho Nacional contou com homens do regime e foi conduzido pelas potências interventoras. A chamada “Primavera Árabe”, assim denominada pelo imperialismo e embelezada repetidamente pelas esquerdas, não tocou em nada que correspondesse à revolução democrática. Não enfrentou a tarefa de independência nacional, transformação agrária, erradicação da miséria, universalização do ensino, fim da opressão feminina e estatização dos recursos naturais e ramos fundamentais da economia.

32. O estado convulsivo no Oriente Médio tem como causa um conjunto de fatores históricos, econômicos e sociais. Não se circunscreve a países isolados. O domínio imperialista estabelecido nas duas Guerras Mundiais tem ido incomparavelmente mais longe no saque e na opressão dos povos que o antigo Império Otomano. A riqueza petrolífera da região se tornou estratégica para as potências. A feudal-burguesia se estruturou em grande parte vinculada à venda do petróleo e ao comércio. Dividida pelas fronteiras nacionais, com recursos distintos, tornou-se uma oligarquia atada ao imperialismo. A burguesia monárquica da Arábia Saudita é a forma mais acabada da formação oligárquica semicolonial. Não por acaso está assentada sobre o petróleo. Interesses particulares e penetração imperialista puseram por terra a aspiração pan-arábica, que pressupunha romper com as fronteiras impostas pelo imperialismo, resultantes da Segunda Guerra. Já não havia possibilidade da burguesia árabe assumir o comando das forças produtivas e promover o desenvolvimento capitalista sobre a base da indústria. A coligação da oligarquia petrolífera e comercial com o imperialismo bloqueia o desenvolvimento econômico e social dos países e do Oriente Médio. A nacionalização apenas das fontes petrolíferas não é suficiente, já que as multinacionais continuam a comandar. Faz parte desses fatores a vasta opressão suportada pelos explorados e o atraso que carregam do passado despótico. Os tremores provocados pelos levantes de janeiro de 2011 resultaram em rica experiência para as massas e para o seu destacamento mais avançado, que tem por tarefa se emancipar da influência da burguesia e da pequena-burguesia e construir o partido marxista-leninista-trotskista.

33. O nacionalismo e o democratismo árabe se findaram com a impotência do nasserismo, fracasso da tentativa de constituir a República Árabe Unida e esgotamento definitivo do pan-arabismo das décadas 50 e 70. O nacionalismo que se manifestou nas revoltas é sombra do passado. No entanto, continua presente, influenciando as massas. A revolução democrática típica de países de capitalismo atrasados triunfará sob o programa e a direção da classe operária, por isso mesmo como introdução à revolução proletária. Não se pode confundir as tarefas democráticas, o movimento das massas e a queda do ditador com a revolução democrática. A revolução em qualquer desses países será proletária, pela classe que a encarna e pelo poder que constituirá – governo operário e camponês, como forma da ditadura do proletariado. Ou então fracassará, dando lugar a outro governo antinacional e antipopular, mais ou menos democrático. O processo revolucionário que esteve na base da derrubada de ditadores revela as leis da revolução nos países semicoloniais da época de total dominação imperialista e a impossibilidade do nacionalismo emancipar a nação oprimida. A revolução proletária começa como revolução democrática, porque objetivamente as massas recorrerão a ela, impulsionadas pelas tarefas nacionais e democráticas não cumpridas pela burguesia subservente e retrógrada. As tarefas socialistas não serão, via de regra, o ponto de partida da luta dos oprimidos, mas condicionam a solução das tarefas típicas de uma revolução burguesa democrática, pelas quais os oprimidos começam o combate. Na ausência do programa, portanto, do partido revolucionário, as direções burguesas e pequeno-burguesas desviam o curso revolucionário, que é o da revolução proletária, para a formação de um novo governo opressor. É fundamental, por mais difícil que seja, devido ao atraso dos explorados, combater a influência do nacionalismo, religioso ou não. Tem particular importância a sua máscara religiosa, islâmica, uma vez que correntes como a Irmandade Muçulmana emergem como força que canaliza a revolução democrática para a manutenção do velho poder da feudal-burguesia árabe. O destino da revolta da maioria oprimida e da revolução está na razão direta de sua libertação dos grilhões do nacionalismo burguês e pequeno-burguês. As bandeiras de autodeterminação das nações oprimidas e de total independência diante das forças do imperialismo ocupam um lugar primordial nos acontecimentos revolucionários e contrarrevolucionários no norte da África e Oriente Médio.

34. O risco de Israel se lançar em uma guerra contra o Irã é grande. As pressões do Estado sionista para que o governo Obama autorize um ataque às usinas nucleares indicam que a solução do conflito está mais para a via militar que diplomática. O imperialismo fixou a posição de que não permitirá que a nação persa tenha armas nucleares. Não se pode aceitar que o monopólio de Israel sobre a posse da bomba atômica seja quebrado. O

mais ferrenho bloqueio comercial lançado pelos Estados Unidos e seus comparsas contra o Irã objetiva alimentar a crise interna e potenciar a oposição pró-imperialista debilitada. A encarnçada resistência no Iraque contra as forças norte-americanas e retirada das tropas de ocupação foram um duro golpe nas pretensões expansionistas do imperialismo. A insurgência nos países árabes, por sua vez, ainda não foi devidamente contida. A crise na Síria liberou contradições mantidas adormecidas pelos regimes ditatoriais e pelo controle das potências. A sacudida generalizada tirou a questão palestina do primeiro plano, sem contudo diminuir em nada sua explosividade. Israel está obrigado a expandir suas fronteiras, como tem feito desde 1967, de forma que caminha para o objetivo de anexar o território palestino. É nessas condições que se coloca o confronto do Estado sionista com o Irã. A guerra tem sido adiada devido à instabilidade generalizada do último período. Os Estados Unidos temem que um ataque unilateral às instalações nucleares possa desencadear ainda mais as forças desintegradoras dos regimes servis, impulsionar os levantes populares e avançar entre as massas árabe-persas a consciência histórica da necessidade de expulsar o imperialismo, derrotando as burguesias subservientes. Mas no final das contas as tendências objetivas da crise mundial e regional ditam o imperativo das tendências bélicas do capitalismo que se desintegra. A defesa da autodeterminação dos povos e o direito do Irã desenvolver livremente seu programa nuclear são as bandeiras da classe operária. A unidade operária, camponesa e da pequena burguesia urbanas contra a ofensiva expansionista de Israel, coloca-se sob a tarefa de reunificar a palestina derrotando a burguesia sionista e o imperialismo. Tarefa essa que não será realizada pelo nacionalismo árabe-palestino. Mas sim pelo programa revolucionário do proletariado.

35. A América Latina atravessou um período de crescimento. Não se trata de homogeneizá-la, mas de verificar o fundamental da situação. Os anos 80 e 90 foram de turbulência econômica, de inadimplências dos Tesouros, de intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e de privatizações. Os impactos dos desequilíbrios mundiais com retração e recessão se manifestaram em praticamente todos os países latino-americanos. A recuperação no início de 2000 criou a ilusão de que se tratava de um largo fôlego possibilitado pela “globalização”, reestruturação das dívidas públicas pelo Plano Brady e aplicação das diretrizes do Consenso de Washington. Os porta-vozes da burguesia já não podem sustentar essa avaliação. O capital imperialista se protegeu e desguarneceu as economias nacionais das semicolônias. O processo da crise atual se encarregará de demonstrar o quanto os países latino-americanos estão à mercê do capital financeiro e das multinacionais. O prolongamento da crise de superprodução não mais permite manter o crescimento médio da ordem de 6% de 2010, um pico de alta depois da queda em 2008 e 2009



As massas palestinas combatem a opressão do enclave imperialista na região

(O crescimento de 6% ocorre depois da queda anterior). Em 2012, a CEPAL estima um crescimento do PIB regional de 3,2%, uma queda de quase 50% em relação à média de 2010 e 25,58%, em relação a 2011. O Brasil desceu fundo em 2011 e continuou caindo no presente ano. A Argentina que saltou para 9,2% em 2010, retroagiu para 8,9% em 2011 e possivelmente despencará para próximo de 2%. O quadro é de recuo quase generalizado. Voltam, assim, à superfície fatores e desequilíbrios estruturais, como endividamento público, déficits fiscais, déficits em conta corrente, oscilação cambial, fuga de capitais, alta inflacionária, aumento do custo de vida etc. A desaceleração leva os capitalistas a realizar um movimento de proteção dos lucros e assim descarregá-la sobre as costas da classe operária, dos camponeses, da pequena-burguesia urbana e da juventude. A destruição de postos de trabalho e rebaixamento salarial são consequências imediatas da queda econômica.

36. As crises políticas foram uma constante na América Latina, mesmo no último período de ventos econômicos favoráveis. Também, nesse caso, não é correto desconsiderar as diferenças e particularidades dos conflitos interburgueses e da luta de classes em cada país. Mas se observa a instabilidade da democracia burguesa, que seguiu o período de cerca de 20 anos de golpes, ditaduras militares, brutal repressão às massas e destruição física de milhares de militantes de esquerda, sindicalistas e ativistas. A condição semicolonial e de economia capitalista atrasada, mesmo nos países latino-americanos mais avançados, não permitiu a constituição de poderosas frações burguesas nacionais, a limitação da penetração imperialista e a superação da brutal polarização de classes. Em síntese, o objetivo burguês de constituir sólidas democracias na América Latina é desmoronado por crises constantes, por não poder resolver o atraso econômico das semicolônias e mantê-las submetidas ao saque imperialista. Em países de economia combinada mais atrasada, a inviabilidade da edificação de um poderoso Estado democrático é flagrante, a exemplo da

Bolívia, Peru, Equador, Honduras, Paraguai, Nicarágua, etc. Mas em certa medida essa constatação também vale para o Brasil, Argentina e México. É o que explica que, mesmo nos melhores momentos da economia, a crise política continua a se manifestar. O PT no Brasil realizou um governo em condições privilegiadas, com a aprovação de importantes setores da burguesia, inclusive a imperialista, e com apoio popular, mesmo assim a oposição burguesa chegou perto de colocar o afastamento de Lula no primeiro mandato. A instabilidade governamental na Argentina tem sido a regra. Entre 1988/1991 e entre 2001/2002 houve uma sucessão de conflitos, que não permitiram uma governabilidade estável. A administração de Néstor Kirchner se ergueu logo depois do levante de 2000/2001, que levou a sucessivos presidentes. Amplos setores da classe média se lançaram contra o governo. Desenvolveram-se massivas organizações piqueteras, de desempregados, sobre a base da ação direta. Constituíram-se uma grande quantidade de assembleias populares. Operários ocuparam fábricas e as colocaram a produzir sob sua direção. A burguesia já não podia governar como antes e se viu obrigada a tomar medidas excepcionais. Em todo o processo, a classe operária esteve ausente com sua política própria, ainda que tenha se expresado com seus métodos de luta, piquetes e ocupação de fábricas. A combinação da ação do Estado e a ausência da política operária nas crises permitiram ao kirchnerismo estabilizar o regime político e fortalecer o Estado burguês. A recuperação de 2005 permitiu um breve momento de respiro. Mas a crise política voltou se potencializar a partir de 2008, sob o governo de Cristina Kirchner. A presidente enfrentou a rebelião da burguesia agrária e os latifundiários que se negaram a pagar mais impostos e um setor muito concentrado do grande capital que rechaçou sua política. Depois do golpe em Honduras que destituiu o presidente, em 2009, agora foi a vez do Congresso do Paraguai pôr para correr Fernando Lugo. No Peru, o governo ditatorial e assassino de Alberto Fujimori caiu apodrecido pela corrupção, em fins de 2000. O pseudo-nacionalista Ollanta Humala nem bem sucedeu o vende-pátria Alan Garcia e se viu acochado pelas exigências das mineradoras multinacionais e pela mobilização dos oprimidos. O governo social-democrata de Michelle Bachelet foi à frente com as reformas ditadas pelos Estados Unidos e abriu caminho para a volta da direita pinochetista reformada. Protestos dos mineiros, de populares e de estudantes ganharam as ruas e se chocaram com o governo. O desenvolvimento da crise econômica tem obrigado os governos a adaptarem suas políticas aos interesses do grande capital e a atacar a vida dos explorados. Essa via capitalista de resposta à crise de superprodução potencializa a luta de classes e as crises políticas.

37. A constituição de governos nacionalistas, pseudo-nacionalistas ou social-democratas marcou uma diferenciação com aqueles que se identificam francamente com

as frações oligárquicas internas e com o imperialismo. É, especialmente, o caso dos governos de Hugo Chávez e de Evo Morales. Não se trata de um fenômeno novo. O nacionalismo marcou profundamente a história latino-americana. O nacional-reformismo tem como base material a condição semicolonial, o estado de atraso econômico e o saque imperialista presentes em todos os países da América Latina. A experiência comprova a incapacidade do nacionalismo e do reformismo de emancipar a nação oprimida e resolver as tarefas democráticas típicas do capitalismo atrasado. É o que demonstram o peronismo, getulismo, aprismo, emeenerismo, priirismo, sandinismo, etc.- autênticos movimentos nacionalistas que ergueram a bandeira de desenvolvimento nacional independente e que ficaram no meio do caminho. As nacionalizações e reformas agrárias, quando realizadas, foram anuladas pela capitulação e subserviência desses governos perante as pressões do capital internacional. A social-democracia na Venezuela concluiu seu ciclo de poder aplicando em 1989 medidas ditadas pelo FMI e que levou ao “Caracazo”- levante popular e massacre. Do caos político, emergiu uma solução de poder nacionalista, com o coronel Hugo Chávez. Sem uma direção revolucionária, as massas passaram a seguir e sustentar o chavismo. De todos os governos dessa linhagem, dito de esquerda, é o que tem ido mais longe com medidas estatizantes. Porém, sem expropriar o capital multinacional e latifundiário. O chavismo se caracteriza por usar a riqueza proveniente da exportação do petróleo para desapropriar com indenização. O anunciado “Socialismo do Século XXI” se assenta em promover uma sociedade com o capital imperialista. Enquanto a receita do petróleo e a crise permitirem, a farsa do anti-imperialismo e do socialismo chavista pode permanecer em pé. Os Estados Unidos não aceitam de bom grado qualquer limitação às suas multinacionais e à sua ação de rapinagem das fontes naturais, mas não veem perigo estratégico aos seus interesses. Aguardam o esgotamento econômico-financeiro da soberba chavista, para lhe dar o golpe mortal na hora certa. O proletariado latino-americano e de outras latitudes deve extrair todas as lições da experiência realizada pelo nacional-reformismo. Dela, se verifica a importância de se armar com o programa da revolução proletária e construir o seu partido.

38. Na Bolívia, o governo de Evo Morales se levantou como a melhor alternativa de desvio do movimento revolucionário instintivo das massas, que protagonizaram a “guerra da água” e a “guerra do gás”. O Movimento ao Socialismo (MAS) conseguiu arrematar os camponeses que formam a maioria da população oprimida, parte da classe operária e setores da classe média para constituir um novo governo burguês diante do desmoronamento do governo antinacional e antipopular de Sanchez Lozada (MNR) e Carlos Mesa. O caudilho pequeno-burguês mascarou o conteúdo burguês de seu governo com a ideologia do indigenismo plurinacional. As nacionali-

zações seguiram o mesmo preceito chavista de indenização e de sociedade com as multinacionais. A nova legislação sobre a terra preserva intocados os latifúndios. A essência do governo do MAS está em que se assenta na grande propriedade burguesa e no exercício da ditadura de classe da burguesia. As nacionalizações com indenizações de recursos petrolíferos, as promessas de solucionar a angustiante situação dos camponeses, em particular dos cocaleiros, de acabar com a opressão sobre as nacionalidades índias etc. deu ao governo de Morales uma aparência de anti-imperialista. Mas os acontecimentos acabaram por mostrar sua impotência perante as multinacionais e sua impostura ideológica. O grande acerto do POR foi demonstrar o conteúdo de classe do MAS - assentado no camponês pequeno-proprietário e penetrado pelos “esquerdistas”

pequeno-burgueses pós-modernistas -, que está destinado a desenvolver uma política burguesa por sua relação com a propriedade privada. As contradições iniciais entre a direita e o governo não colocaram o problema da transformação radical da atual ordem social, pelo contrário ambos os polos buscaram a forma de salvá-lo preservando a propriedade privada em todas suas formas. Para os revolucionários, sempre esteve claro que estas ilusões iriam necessariamente se desvanecer ao se chocarem com a incapacidade do governo, respeitosa da grande propriedade privada burguesa, para atender suas necessidades, processo que se deu mais rápido do que se poderia imaginar. A imagem do “governo do povo” e a falácia do “processo de mudança” se desvaneceram como mágica e a Bolívia entrou

em uma nova situação política, que Lênin caracterizou como revolucionária. Esta nova situação contrasta com a imediatamente anterior, quando as ilusões no “processo de mudanças” de Evo se traduziram em massivo apoio e em contenção das reivindicações dos oprimidos. Agora, com essas ilusões esfumaçadas, as massas desiludidas se separam da tutela do MAS e se rebelam contra o governo, ganham as ruas e as estradas recorrendo à ação direta, cada vez com mais fúria para impor ao governo impostor suas reivindicações. Nada esperam dele, se independizaram. O apoio da população à luta dos indígenas do Tipinís contra o impostor governo “indígena” de Morales, as greves e os conflitos mineiros de Colquiri expressam as tendências revolucionárias dos explorados, no seio das quais o Partido Operário Revolucionário luta com a política e a estratégia do proletariado. Revolução

e contrarrevolução estão presentes no desenvolvimento da crise.

39. O governo cubano vem se valendo dos governos não alinhados com os Estados Unidos, que têm por objetivo esmagar economicamente o País e impor a plena restauração. A Venezuela presta-lhe ajuda com o petróleo, antes realizada pela ex-União Soviética. O Brasil age como defensor do fim do embargo norte-americano, contando com a Argentina, Bolívia, etc. Em função dessas pressões, os Estados Unidos amenizam o cerco comercial. Porém, a ditadura burocrática castrista, em contrapartida, cumpre as exigências do imperialismo de avançar o processo de restauração. Os aliados de Cuba estão pela volta do capitalismo, diferem do método dos Estados Unidos, em aspectos. O petróleo venezuelano evita que a Ilha afunde

economicamente e tem permitido à burocracia do PCC realizar a restauração por meio de medidas graduais. Os castristas justificam que se trata de uma espécie de NEP cubana, que serve para ganhar tempo. Certamente, não guarda qualquer paralelo com as medidas lançadas em 1921 pelo governo revolucionário da época de Lênin. O fato é que crescem as pressões capitalistas sobre Cuba e as conquistas da revolução estão sendo solapadas. O isolamento da revolução e a estalinização do Estado operário, que se degenerou em ditadura burocrática, bloquearam o desenvolvimento das forças produtivas socialistas embrionárias. A ausência da industrialização e o atraso agrário não permitem a sobrevivência da revolução nas condições de cerco capitalista. O nacionalismo bur-

guês latino-americano não cumpriu e não cumprirá a tarefa de romper o isolamento. O castrismo criou a ilusão nessa possibilidade. O mesmo ocorreu com sua submissão à política do estalinismo mundial, projetada desde a ex-União Soviética. A quebra do cerco imperialista dependia e depende do avanço do movimento revolucionário mundial e particularmente no continente latino-americano. A via guevarista do levante armado camponês – a via do foquismo – se revelou uma aventura pequeno-burguesa e resultou em desastroso retrocesso para a luta do proletariado. Essas contradições e fatores negativos, agora, empurram decisivamente a revolução para o precipício. É necessário que as forças que se reivindicam da revolução não apenas defendam incondicionalmente Cuba dos ataques do imperialismo, mas também levantem a bandeira da revolução política e dos Estados Unidos Socialistas da América Latina. Somente



Manifestações de massa se chocam com o governo Evo na Bolívia

a retomada da luta do proletariado e do campesinato no continente, unidos em uma frente única antiimperialista e anticapitalista, poderá evitar a queda final da heróica revolução de 1959.

40. O capitalismo tende a recrudescer a interdependência entre as economias, sob a forma de domínio imperialista. No entanto, ao invés de integrá-las cooperativamente, as opõem. É sob essa lei que os países latino-americanos se encontram uns frente aos outros, agravada nas condições de crise de superprodução. Na América do Sul, Brasil e Argentina, por serem as duas maiores economias, estão em conflito quase que permanente. O crescimento comercial do último período, sob o Mercosul, vem dando lugar a renhidas disputas e divergências protecionistas. A Argentina se acha premiada entre um Brasil semicolonial que agiganta seu capitalismo e as nações de economia agrária. Por cima de todos, atua o imperialismo. As multinacionais estão profundamente penetradas em todos os rincões e, em última instância, potencializam as diferenças e antagonismos entre as nações semicoloniais de distintos níveis de desenvolvimento capitalista. A tendência do Brasil em submeter parte dos países da América do Sul, inclusive a Argentina, é ditada pelo capital imperialista amplamente dominante nos ramos fundamentais de sua economia. O fortalecimento da fração burguesa nacional coligada ao capital forâneo tem contribuído para impulsionar a velha aspiração de ascendência regional. Por pequeno que seja o avanço do Brasil nesse sentido, colide com a burguesia argentina. A tentativa, por meio do Mercosul, de estabelecer uma aliança regional entre os dois países não se consolida. O estado de sufoco constante da Argentina a torna o epicentro da crise na América do Sul. Suas forças produtivas se encontram fortemente contidas em suas fronteiras nacionais, o que lhe tem imposto amplo retrocesso industrial. O Brasil conta com a possibilidade de seu mercado interno, de expansão agroindustrial, de avanço da indústria extrativa e ampliação dos serviços. Porém, não tem como dar saltos no ramo industrial, cuja maior parte está sob o controle das multinacionais e limitada pelo mercado mundial. Setores da burguesia reclamam da desindustrialização. O fundamental está em que uma retração no Brasil, principalmente se longa, o oporá mais frontalmente à Argentina. O ataque às massas são as primeiras medidas para os capitalistas amortecerem os antagonismos. O trabalho revolucionário consiste em defender o Programa de Transição perante às condições concretas, pôr em pé partidos marxista-leninista-trotskistas e desenvolver o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.
41. O proletariado latino-americano se acha em grande medida controlado pela burocracia sindical, que serve de correia de transmissão da política burguesa. A estatização dos sindicatos e a subserviência de suas direções aos governos se levantam como uma muralha às necessidades mais elementares das massas e ao desen-

volvimento de sua luta contra a exploração capitalista. Após o período de cerca de 20 anos de ditaduras militares, em que o movimento operário e camponês foi sufocado e suas organizações controladas pelo poder das armas, o retorno da legalidade constitucional exigiu a volta do controle burocrático-estatizante, via de regra exercido por frações do nacionalismo e pelo estalinismo. A interferência da burguesia sobre os sindicatos e sua influência política sobre os explorados impossibilitou a constituição de centrais sindicais únicas, classistas e independentes da classe capitalista. Padecem do divisionismo burocrático e do estatismo. A Central Operária Boliviana se destacou como um fenômeno excepcional em seu nascimento, por expressar o levante revolucionário do proletariado mineiro, dos camponeses e da juventude estudantil, na década de 1950. Projetou-se em 1952 como um poder operário e camponês – uma forma soviética –, mas que controlado pela direção nacionalista acabou se submetendo ao governo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Não faltaram intentos para dividi-la, inclusive pelos militares golpistas, que fundaram a fracassada Central de Trabalhadores da Bolívia, em março de 1980. A dura experiência da burocratização da COB serve de lição para a tarefa de constituir direções revolucionárias no movimento operário e nos sindicatos. O que exige a formação de partidos marxista-leninista-trotskistas – internacionalistas – no seio do proletariado e demais oprimidos. Mas cada país tem suas imprescindíveis lições sobre o processo de estatização dos sindicatos e de divisionismo burocrático. Na presente situação, a classe operária argentina assiste a mais divisões na CGT, provocada pelas pugnas interburocráticas e governamentais. Isso quando as condições da crise e as tendências de luta dos explorados exigem centralização nacional, classista e independente. No Brasil, a existência de várias centrais e a criação de mais duas (Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB) e Central Sindical e Popular-Conlutas), resultantes da cisão da Central Única dos Trabalhadores (CUT), estilhaçam o movimento operário.

42. A estatização dos sindicatos nos países semicoloniais tem por base a penetração das multinacionais. Não por acaso as frações burocráticas se servem do sindicalismo social-democrata, que abriga posições pró-imperialistas. Diante da crise mundial capitalista, as direções sindicais conciliadoras se colocam por aplicar os planos de flexibilização do trabalho, ditados pelas multinacionais e pelo sindicalismo da social-democracia. Como se vê, os sindicatos foram transformados em instrumentos para a burguesia descarregar a desintegração do capitalismo sobre os trabalhadores. É comum ao estatismo sindical que suas direções subordinem o movimento dos explorados ao parlamento e aos métodos de arregimentação eleitoral. O trabalho por construir as direções revolucionárias passa pelo combate pela libertação dos sindicatos do controle burocrático e pela derrota política do divi-

sionismo, tanto de direita, quanto de esquerda. Nessa luta, as Teses de Pulacayo, adotadas pelo congresso da Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros Bolivianos (FSTMB), em 1946, constituem um importante legado do trabalho revolucionário no interior do movimento sindical. Isso porque é a prova viva da aplicação do Programa de Transição da IV Internacional, pelo Partido Operário Revolucionário. Os aparatos burocráticos não têm como eliminar a luta de classes. Não podem evitar que as poderosas tendências de combates presentes no seio do proletariado venham à tona. Em toda América Latina, principalmente nos países mais industrializados, as greves, manifestações, bloqueios e ocupações são uma constante. Os ataques capitalistas, motivados pela crise, colocam a tarefa de propaganda e agitação das bandeiras transitórias (escala móvel das horas de trabalho, escala móvel de reajuste, salário mínimo vital, controle operário da produção e outras que a situação exija).

43. A crise histórica de direção não permite que a classe operária se manifeste como uma força programática, organizada e consciente. Suas manifestações instintivas, por si só, não rompem a camisa de força da burocracia sindical e do domínio burguês. Os partidos comunistas que se ergueram na América Latina, refletindo a Revolução Russa, conseguiram em certa medida influenciar a classe operária, porém se decompueram no estalinismo e se tornaram agentes da burguesia. À exceção da Bolívia em que se levantou o partido marxista-leninista-trotskista, no restante do continente o estalinismo acabou por sufocar a constituição de direções revolucionárias. Inúmeros agrupamentos que surgiram motivados pela Oposição de Esquerda Internacional e pela IV Internacional, na década de 30-40, não prosperaram, uma vez que não se constituíram como partido-programa no seio do proletariado. Não há outra via para superar a crise de direção a não ser assimilando a experiência internacional do marxismo e forjando o partido na luta diária. Trata-se de construir o partido mundial da revolução socialista, formando os partidos-programas em cada país.
44. As duas grandes crises do capitalismo em sua fase última, que é a do imperialismo, tiveram solução. As potências transformaram suas divergências e disputas em gigantesca destruição de forças produtivas. Uma vez que os métodos econômicos e políticos já não davam conta, as guerras mundiais serviram a essa via de solução. As tendências bélicas dessa fase última do desenvolvimento da sociedade burguesa se gestam no ventre do capital financeiro, dos monopólios e dos Estados-rentistas. A intervenção imperialista no Afeganistão, Iraque, Líbia, a expansão do militarismo e a ameaça de guerra contra o Irã são impulsionadas pelas necessidades do capital monopolista. O recuo dos Estados Unidos, a projeção da Alemanha, a estagnação da Europa Ocidental e a emergência da China indicam que a redivisão do mundo, oriunda da Segunda Guerra, está envelhecida. O impe-



Agrava a crise política na Argentina

- rialismo ainda conta com a possibilidade de exploração das semicolônias e do uso limitado de conflitos bélicos regionalizados. Não se trata de prever uma terceira guerra, mas de reconhecer que essa é a tendência quando a crise estrutural empurra o capitalismo para o desmoronamento geral. A crise atravessa o ciclo de destruição de forças produtiva por meio de quebras, falências e fechamento de postos de trabalho. É o que se passa nas grandes economias e que começou a se passar nos demais países que recebem tardiamente os impactos da crise de superprodução. Para sair do processo de decomposição, o imperialismo o leva às últimas conseqüências pela via da barbárie social. A força de trabalho tem de arcar com todas as conseqüências nefastas, uma vez que encarna as forças produtivas submetidas à camisa de força das relações capitalistas de produção. Está aí por que as profundas contradições da época imperialista do capitalismo impossibilitam objetivamente que a burguesia ache uma via que não seja a da barbárie.
45. O choque entre as forças produtivas extremamente desenvolvidas e as relações capitalistas de produção, bem como entre elas e as fronteiras nacionais, e a incapacidade da burguesia em resolver essa contradição, a não ser dando curso à barbárie social, colocam a necessidade histórica do comunismo. Trata-se de expropriar a burguesia por meio da revolução proletária e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva, socialista. Somente com a destruição do poder burguês, se começará a compatibilizar o modo de produção, de apropriação e de distribuição com a produção social. As crises que levaram às guerras pela redivisão do mundo por um punhado de potências vencedoras e a atual em desenvolvimento comprovam a tese marxista de que a burguesia se tornou uma classe supérflua e que o imperialismo é o capitalismo de transição para a nova sociedade sem classes. As revoluções proletárias do século passado deram início à transição. O retrocesso provocado pela restauração, por sua vez, não significou e não significará a superação das tendências

desintegradoras do capitalismo. Tão somente representa uma devastadora derrota do proletariado internacional. Interrompeu-se o processo histórico de transição que dependia do avanço da revolução socialista mundial. A contrarrevolução do estalinismo, caracterizado de Termidor por Trotsky, com a tese do “socialismo em um só país” e com sua política de derrotas, facilitou a ação do imperialismo voltada a recuperar o terreno perdido para o proletariado. O capitalismo de transição é o capitalismo agonizante, destruidor do homem e da natureza, com o qual a classe operária, os demais explorados e a juventude continuam a se confrontar instintivamente por meio da luta coletiva. O marxismo se ergueu como teoria, programa e política do proletariado, com a tarefa de constituir a direção revolucionária, encarnada no partido comunista e numa Internacional. As dificuldades, vitórias e derrotas, avanços e retrocessos são inerentes à luta de classes e à correlação de força. Os erros graves da direção pesam, e as traições arrasam. Não há, porém, como destruir a ciência do proletariado, suas conquistas programáticas e fundamentos organizativos. A crise de direção é uma contingência, que vai sendo superada em determinadas condições e etapas da luta de classes.

46. A tarefa da vanguarda revolucionária é a de construir novas direções marxista-leninista-trotskistas e reconstruir a IV Internacional. A sua dissolução resultou em atraso diante da tarefa de resolver a crise de direção mundial e enorme prejuízo no processo de formação dos novos partidos e de consolidação daqueles já existentes. O revisionismo pequeno-burguês se separou do “Programa de Transição para a Revolução Socialista” e procurou deformá-lo em seus fundamentos. A direção que assumiu a responsabilidade de dirigir a IV Internacional, depois da morte de Trotsky, não suportou as pressões do estalinismo e capitulou. A fração que se contrapôs ao revisionismo, por sua vez, não foi capaz de reorganizar as fileiras da IV sob o centralismo democrático, a crítica e autocrítica, auxiliar as seções a aplicar o Programa de Transição e assimilar as experiências revolucionárias, como as que encarnavam o POR na Bolívia. Acabaram se afastando da estratégia da ditadura do proletariado, substituída pelo democratismo, mais ou menos disfarçado. Substituíram a construção da Internacional sobre a base da aplicação do Programa de Transição e da organização centralista democrática por uma organização constituída de um centro que dita a política aos satélites que as seguem. O resultado tem sido daninho para se pôr em pé os partidos-programas no seio dos explorados. Na Europa em crise, o mandelismo se desmancha no eleitoralismo e a multiplicidade de “trotskismos” se acha incrustada pelo oportunismo. Já não guardam relação com a IV Internacional levantada pela Oposição de Esquerda Internacional. Parte da esquerda ex-trotskista está mergulhada na aventura

democratizante de um novo partido – o Novo Partido Anticapitalista. Observa-se que a crise passará por cima das inúmeras correntes que se colocaram à margem do Programa de Transição. Na América Latina, também ocorreu o estilhaçamento, como reflexo da decomposição das correntes revisionistas. A exceção é o POR que trilhou um caminho próprio. Profundamente vinculado ao processo revolucionário na Bolívia e empenhado em materializar o Programa de Transição, se chocou com os desvios e deformações promovidos pelos revisionismos. Nota-se que as organizações que ainda se reivindicam da IV Internacional carregam a herança de forjar satélites, apresentados como seções. Lançaram espécies do tipo construir uma “Internacional dos Trabalhadores” ou “Refundar a IV Internacional” atualizando o Programa de Transição. Essas variantes do oportunismo, acobertadas pela reivindicação do trotskismo, não fazem senão expressar a crise de direção. O essencial está em pôr em pé partidos assentados na rica experiência do proletariado mundial e do marxismo-leninismo-trotskismo, e que encarne o programa da época de desmoronamento do capitalismo, que é o Programa de Transição da IV Internacional.

47. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional constitui uma formação embrionária. Reconhece suas tremendas limitações, por ainda contar com duas jovens seções e apenas com o experimentado Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Tem a seu favor a clara definição de que a IV Internacional será recomposta por organizações que se forjem na luta de classes concretizando o Programa de Transição. Não é a necessidade de atualizar aspectos do Programa de Transição que justifica uma “refundação” da IV Internacional. A sua reconstrução está posta pela imperiosa necessidade de aplicá-lo nas condições particulares de cada país e nas condições mundiais de degenerescência do capitalismo. Houve o abandono das premissas, da estratégia, do método e das bandeiras do Programa de Transição que guardam atualidade. Essa constatação é que leva a separação entre o marxismo-leninismo-trotskismo e os múltiplos revisionismos. Não é correto se juntar com os revisionistas que estão mais à esquerda e que rezam no altar do internacionalismo para atualizar o Programa de Transição e “refundar” a IV Internacional. A reconstrução da IV Internacional depende da edificação de partidos no seio do proletariado que encarnem o marxismo-leninismo-trotskismo. Não por acaso a estratégia da ditadura do proletariado e a caracterização de que nesta época somente a revolução proletária pode triunfar foram minimizadas ou descartadas. O Comitê de Enlace não se exime de lutar contra as correntes que se reivindicam do trotskismo, do centrismo propriamente dito, e que reproduzem o oportunismo em defesa do trotskismo e da reconstrução da IV Internacional.